

CONJUNTURA **CNseg**

Publicação da Confederação
Nacional das Seguradoras

ANO 3 | Nº 15
JANEIRO/2020

BASE DE DADOS

Susep - novembro de 2019
ANS - junho de 2019

1

Análise de Mercado

- Editorial
- Economia Brasileira
- Desempenho do Mercado Segurador
- Resumo Estatístico

Glossário

ANO 3 | Nº 15 | JANEIRO/2020

CONJUNTURA

CNseg

Dados Susep de novembro de 2019

Dados ANS de junho de 2019

EDIÇÃO MENSAL

ANO 3 | Nº 15 | JANEIRO/2020

Sumário

Apresentação	5
--------------------	---

Capítulos

1. Análise de Mercado

Editorial	6
Economia Brasileira	8
Desempenho do Mercado Segurador	15
Resumo Estatístico	19

Glossário	24
-----------------	----

Apresentação

A CNseg

A Confederação Nacional das Seguradoras - CNseg é uma associação civil, com atuação em todo o território nacional, que reúne as Federações que representam as empresas integrantes dos segmentos de Seguros, Previdência Privada Complementar Aberta e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização.

A CNseg tem como missão contribuir para o desenvolvimento do sistema de seguros privados, representar suas associadas e disseminar a cultura do seguro, concorrendo para o progresso do País.

A Conjuntura CNseg é uma análise mensal do estado dos segmentos de Seguros de Danos e Responsabilidades, Coberturas de Pessoas, Saúde Suplementar e Capitalização, com o objetivo de examinar aspectos econômicos, políticos e sociais que podem exercer influência sobre o mercado segurador brasileiro. Em meses de referência de fechamento de trimestre, esta publicação reúne também os Destaques dos Segmentos, a atualização das Projeções de Arrecadação, os Boxes Informativos Estatístico, Jurídico e Regulatório e o acompanhamento da Produção Acadêmica em Seguros.



Editorial



Marcio Serôa de Araujo Coriolano,
presidente da CNseg

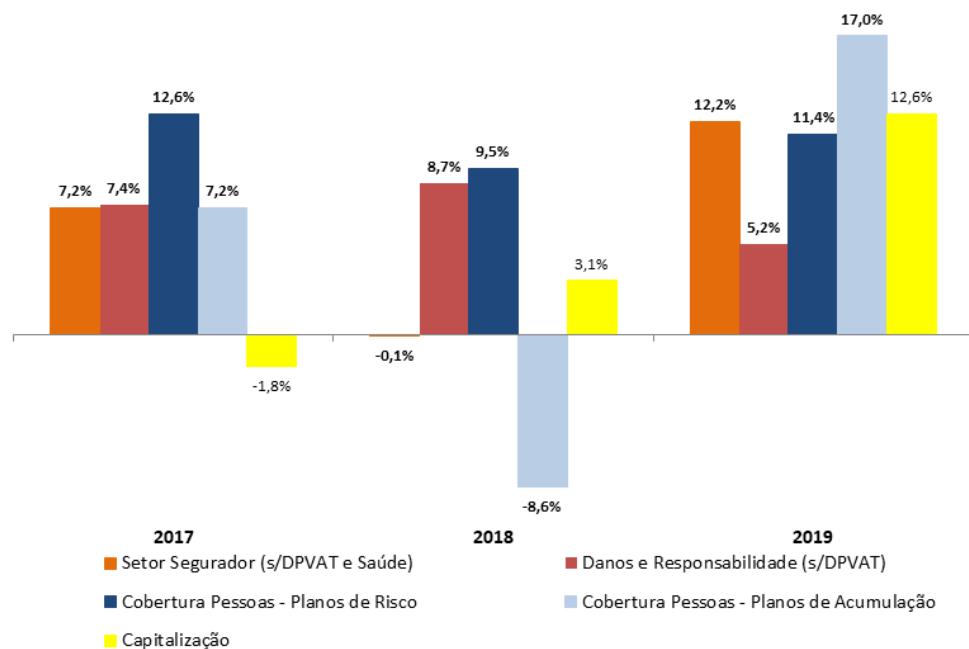
A arrecadação do setor de seguros (sem saúde suplementar e DPVAT) no mês de novembro de 2019 foi de R\$ 22,8 bilhões, uma taxa de crescimento de 8,2% em relação a novembro de 2018. É o sexto mês consecutivo com crescimento de dois dígitos em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Os destaques foram os seguros Patrimoniais - Riscos de Engenharia (163,7%), Responsabilidade Civil D&O (83,2%), Marítimo e Aeronáutico – ramo Aeronáuticos (36,8%), Rural (22,1%), Planos de Risco – Vida (18,8%), Capitalização (14,3%) e Planos de Acumulação – Família VGBL (14,2%).

No acumulado do ano até novembro, a arrecadação alcançou R\$ 243,4 bilhões, 12,2% acima do volume observado no mesmo período em 2018. O segmento de cobertura de pessoas continua sendo o grande responsável por esse bom desempenho, tanto nos planos de risco, com avanço de 14,5% no período - com destaque para os seguros de vida (20,0%) e prestamista (21,3%) -, como nos planos de acumulação (17,1%), reflexo da evolução dos produtos da Família VGBL (18,3%).

A arrecadação dos seguros de Danos e Responsabilidade (sem DPVAT) cresceu 5,2% no acumulado de 2019 até novembro. Esse desempenho foi influenciado pela virtual estabilidade da carteira de Automóveis (0,3%), ainda que alguns ramos como Responsabilidade Civil (19,4%), Marítimos & Aeronáuticos (16,7%), Rural (15,9%), Patrimonial (11,8%) e Crédito e Garantias (10,0%) tenham alcançado crescimento de dois dígitos. O segmento de Capitalização, com arrecadação 12,6% superior àquela observada em 2018, recuperou-se fortemente após período influenciado pela revisão normativa de seus produtos.

Variação Nominal da Arrecadação
(acumulado até novembro)

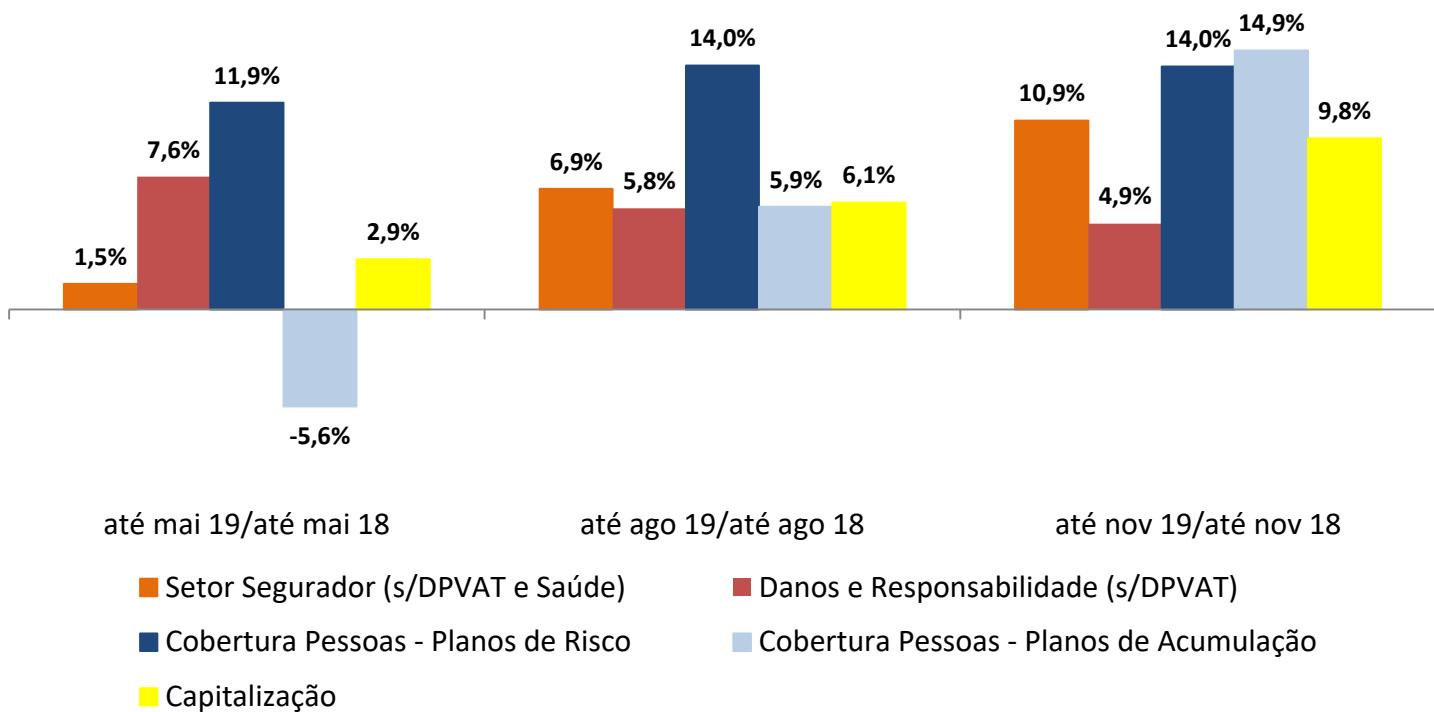


A persistência do bom desempenho dos Planos de Risco em Cobertura de Pessoas, a recuperação dos Planos de Acumulação e dos Títulos de Capitalização e o protagonismo, no segmento de Danos e Responsabilidades, de ramos importantes como o Patrimonial, Rural e Crédito e Garantias são características fundamentais de uma trajetória que, restando apenas um mês para o encerramento do ano, levará o setor de seguros a crescimento de dois dígitos em 2019.

Esse desempenho é, em grande parte, resultado da preferência pela proteção contra eventos que, em ciclo baixo da economia, ameaçam a estabilidade das rendas familiares, como os sinistros de morte, acidente e invalidez e, por outro lado, da grande exposição da população a cada vez mais próxima necessidade de acumulação de recursos compensatórios da Reforma da Previdência.

Da mesma forma, o desempenho acumulado em 12 meses, que afasta eventuais sazonais no comportamento dos segmentos, ratifica a indicação de uma evolução acima de dois dígitos em 2019.

Variação Nominal de Arrecadação (12 meses móveis)



Economia Brasileira

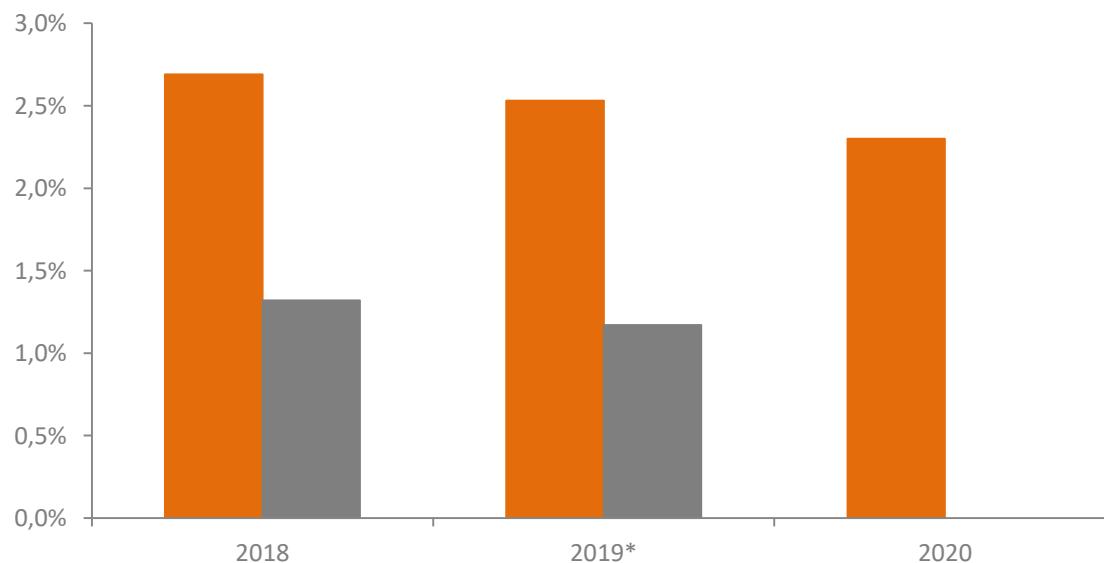
Análise Conjuntural

O ano que começa é o terceiro em que se espera uma retomada mais consistente da economia brasileira após a forte recessão de 2015 e 2016. Nos últimos dois anos, houve frustração e o crescimento foi de pouco mais de 1,0%, o que fez com que a renda per capita do País ficasse praticamente estagnada desde então. Em 2018, a economia já havia saído da recessão (segundo o CODACE¹, a economia entrou em ciclo de expansão ainda no primeiro trimestre de 2017). Esperava-se, como mostra o gráfico nesta página, um crescimento de 2,7%, segundo dados do Boletim Focus, do Banco Central. No entanto, tais expectativas foram frustradas, com o crescimento realizado mal superando o 1,3%. Em 2019, projetava-se um crescimento de 2,5% no início do ano,

mas o realizado não deve superar, segundo o mesmo Boletim Focus, o 1,2% (o número oficial do último trimestre só será divulgado pelo IBGE no começo de março).

As razões para esses desapontamentos são diversas, entre as quais se podem destacar os atrasos na aprovação de reformas fiscais – principalmente a da Previdência –, a greve dos caminhoneiros e seus efeitos diretos sobre atividade e indiretos sobre a confiança, a elevada incerteza associada à última eleição presidencial, a lenta retomada do mercado de trabalho e a desaceleração da economia mundial, especialmente com o aprofundamento da crise econômica da Argentina, importante parceira comercial do Brasil.

PIB - PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO NO INÍCIO DO ANO E REALIZADO



*Para 2019, projeção do Focus do dia 03/01/2020.

■ PIB Focus ■ PIB Realizado

Fonte: Contas Nacionais do IBGE e Banco Central do Brasil.

¹ Comitê organizado pelo IBRE-FGV, composto por economistas de diversas instituições, que tem como finalidade estabelecer a cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros.

Há, no entanto, sólidas razões para crer que este ano pode ser diferente dos dois últimos. Em primeiro lugar, como comentamos na última edição da Conjuntura CNseg, um crescimento mais alto no final do ano impulsiona a taxa de crescimento no ano seguinte não apenas porque a economia já está mais aquecida, mas também por meio do chamado “carrego estatístico”, efeito do cálculo usual para variação do PIB anual, que utiliza a média. Com um crescimento maior no último trimestre, mesmo que não cresça nada, o PIB já está em um nível maior que a média do ano anterior.

São diversos os dados que indicam que a economia encerrou o ano passado mais aquecida, estimulada principalmente pelo consumo das famílias que cresce com a expansão do crédito e pelos saques do FGTS, além da gradual recuperação do mercado de trabalho. Na data de corte desta publicação, a maioria dos dados de atividade estavam disponíveis até outubro do ano passado. As pesquisas conjunturais do IBGE – da indústria, do comércio e dos serviços – apresentaram crescimento no mês em relação a setembro, nas séries livres de efeitos sazonais. O IBC-Br, indicador de atividade do Banco Central, após apresentar crescimento de 0,48% em setembro, registrou expansão de 0,17% em outubro, com ajuste sazonal, terceiro dado positivo consecutivo.

O primeiro indicador divulgado para novembro, entretanto, destoou um pouco desse movimento: a PIM-PF mostrou que a produção da indústria brasileira caiu 1,2% no mês em relação a outubro, interrompendo uma sequência de três altas. Ainda assim, indicadores antecedentes apontam que a tendência de crescimento, ainda que moderado, deve se manter no último trimestre, o que é atestado por bons resultados divulgados para as vendas de Natal no comércio e para a venda de automóveis, por exemplo.

Outra razão fundamental para que haja menos chances de que o crescimento este ano decepcione são os efeitos estimulativos da redução da taxa básica de juros, a Selic, que, no final de 2019, chegou ao seu menor patamar

histórico (4,5% ao ano). Tal redução, diferentemente do experimento de 2013, é sustentável porque houve uma mudança relevante no *mix* de política econômica, com a política fiscal contida abrindo espaço para uma política monetária expansionista. Além disso, a queda dos juros reduz o peso do serviço da dívida pública, auxiliando na consolidação fiscal.

Nos últimos quatro anos, foram aprovadas importantes reformas que foram fundamentais para a queda do risco país, a redução da inflação e da taxa real de juros. Entre elas, é possível destacar a reforma trabalhista, a criação da TLP, que alterou a atuação do BNDES, a emenda constitucional do teto de gastos do governo federal e, finalmente, a reforma da Previdência. Tais medidas vêm demonstrando renovado comprometimento com a responsabilidade fiscal, abrindo espaço para o protagonismo do setor privado no atual ciclo de recuperação.

Enquanto isso, a inflação, apesar do susto dos últimos meses, permanece controlada, com as expectativas ancoradas pelas metas estabelecidas pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), como analisaremos em mais detalhes na próxima seção. O IPCA-15 já havia adiantado que a inflação oficial deveria fechar o ano acima de 4,0%, algo que era impensável antes do choque do preço da carne. O IPCA de dezembro, entretanto, veio ainda mais alto do que se esperava: subiu 1,15%, o maior resultado para um mês de dezembro desde 2002. Com isso, o acumulado em 12 meses e no ano chegou a 4,31%, resultado que está acima do centro (mas ainda dentro do intervalo) da meta para 2019, que era de 4,25%. A forte aceleração dos preços no final do ano se concentrou no grupo Alimentação e Bebidas (por conta principalmente das carnes) e Transportes, pelo aumento no preço da gasolina.

Apesar das expectativas moderadamente otimistas para este ano, existem riscos relevantes no Brasil e especialmente no exterior.

A aprovação da reforma da Previdência foi uma vitória importante, mas há outros desafios nessa área, como a reforma tributária, a PEC da emergência fiscal e a do pacto federativo. Com as eleições municipais que serão realizadas este ano e uma redução do senso de urgência dessas reformas – que são menos consensuais que a da Previdência –, há o risco de que elas não caminhem na velocidade e direção adequadas, o que poderia reverter a recuperação da confiança na economia brasileira. Riscos políticos, que foram determinantes diversas vezes nos últimos anos, também devem permanecer no radar dos analistas, principalmente depois que uma onda de protestos de rua e turbulências políticas atingiu diversos países da América Latina, até aqueles mais estáveis, como o Chile.

Entretanto, há certa unanimidade em apontar o cenário externo como risco mais relevante para a recuperação esperada da economia em 2020. É inegável que houve importantes sinais de melhora nas últimas semanas, como o avanço nas negociações entre os Estados Unidos e a China no contexto da guerra comercial entre as duas potências, o risco econômico global mais expressivo que surgiu em 2019. Foi anunciado recentemente que uma delegação chinesa viajará a Washington nos próximos dias para assinar a primeira fase de um acordo com os americanos, evitando uma escalada das tarifas comerciais e podendo até remover algumas delas.

Na Europa, os riscos associados ao *Brexit* diminuíram significativamente após a vitória eleitoral de Boris Johnson e do Partido Conservador que, com a consistente maioria obtida, podem realizar o “divórcio” entre o Reino Unido e a União Europeia por meio de um acordo que cause menos danos à economia do continente, onde se discute o uso da política fiscal como estímulo econômico, dado que muitos acreditam que a política monetária já tenha chegado perto de seu limite. Na China, apesar da evidente desaceleração, os dados mais recentes mostram que o crescimento se estabiliza, ainda que nos patamares mais baixos em décadas.

Os primeiros dias de 2020, porém, mostraram o potencial que o cenário externo terá este ano de exacerbar a incerteza, que já se encontra em patamares elevados. Um ataque norte-americano em Bagdá, no Iraque, que resultou na morte do importante general iraniano Qassem Soleimani, aumentou significativamente a tensão geopolítica no Oriente Médio. A ação e suas consequências ainda estão sendo intensamente debatidas, mas é certo que a volatilidade dos mercados tende a aumentar, o que nunca é positivo para a economia.

De imediato, os preços do petróleo subiram, ainda que de forma tímida. Analistas apontam que choques de oferta de petróleo com origem no Oriente Médio tendem a ter um efeito menor do que tinham há algumas décadas, por conta do aumento de produção em regiões mais estáveis e da maior utilização de fontes renováveis. Ainda assim, os riscos são relevantes: apenas pelo estreito de Ormuz, pequena faixa de oceano entre o golfo Pérsico e o golfo de Omã, passa cerca de um terço de todo petróleo transportado mundialmente por mar. Um acirramento do conflito pode ter consequências muito sérias se, por exemplo, essa região for afetada. Os ataques contra importantes refinarias e campos de petróleo da Arábia Saudita, em setembro do ano passado (atribuídos pelos EUA ao Irã), mostraram que a logística do petróleo na região é mais sensível do que se imaginava, e é possível fazer estragos significativos mesmo sem grandes mobilizações de tropas e armamentos, utilizando apenas tecnologias como a dos drones.

Trata-se de uma escalada significativa em um conflito latente há anos, o que pode ter efeitos adversos sérios sobre a economia mundial. As análises de especialistas apontam que uma guerra em grande escala, no entanto, é altamente improvável. A resposta do Irã, um ataque sem vítimas a bases militares americanas no Iraque e o discurso de Donald Trump após a retaliação iraniana mostram que não há muita disposição nos dois lados para um conflito de proporções maiores.

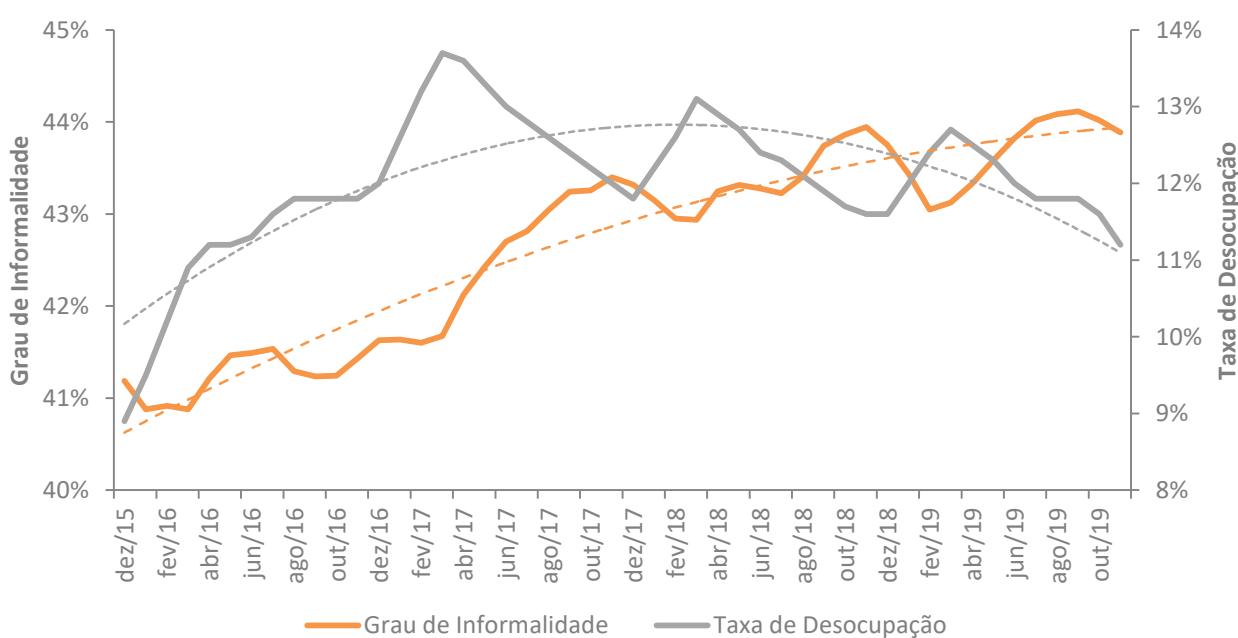
Ainda assim, escaramuças frequentes entre os dois países, que devem continuar a ocorrer, repercutirão sobre os mercados e aumentarão o grau de incerteza em um momento que já não era positivo para a economia internacional.

Voltando à economia brasileira, umas das principais questões que se impõem este ano são as condições do mercado de trabalho que, apesar da gradual recuperação, continuam a ser desafiadoras. O aquecimento da economia tem aumentado a população ocupada, mas grande parte das novas vagas são informais, em atividades sem carteira assinada ou realizadas por conta própria. Além disso, a retomada da economia faz com que muitas pessoas que estavam inativas retornem ao mercado, estimulando a oferta de trabalho. Esse efeito é conhecido como efeito alento, que limita a velocidade da redução da taxa de desocupação. A PNAD Contínua referente ao trimestre móvel encerrado em novembro de 2019 mostrou que a taxa de desocupação da força de trabalho no País era de 11,2%. Em relação ao mesmo período de 2018 (11,6%), registra-se uma queda de 0,4 p.p. Os empregos com carteira

assinada chegaram a 33,4 milhões, aumento de 1,6% contra mesmo período de 2018. Por outro lado, o número de trabalhadores por conta própria bateu recorde (24,6 milhões) crescendo 3,6% em relação ao mesmo trimestre de 2018. A esse forte aumento na ocupação por conta própria pode ser associado, em grande parte, o crescimento da “economia de aplicativos” que oferecem intermediação em serviços de transporte urbano, entregas e outros. Segundo estudo recente do IPEA², o crescimento do trabalho por conta própria, creditado inicialmente apenas a uma piora do cenário de emprego, *“pode estar indicando uma mudança estrutural das relações de trabalho, seja por conta do aumento da terceirização, mas também devido à consolidação da ‘economia de aplicativos’, que tem aberto novas possibilidades de geração de renda”*.

Assim, a informalidade, que geralmente apresenta correlação positiva com a taxa de desocupação, continuou a aumentar mesmo com a redução do desemprego a partir de 2017, como se vê no gráfico abaixo.

INFORMALIDADE E TAXA DE DESOCUPAÇÃO



Fonte: PNAD Contínua/IBGE

² Carta de Conjuntura do IPEA do 4º Trimestre de 2019 – Seção VIII: Mercado de Trabalho. Disponível em: <http://twixar.me/0TzT> | 11

O cenário que temos traçado desde o ano passado se mantém em grande parte no início deste ano. Deve haver turbulências, principalmente vindas do exterior, com possíveis reflexos negativos na economia e na política interna. Uma disparada do preço do petróleo por conta das tensões no Oriente Médio, por exemplo, poderia gerar um impasse em relação à política de preços dos combustíveis da Petrobras, por exemplo. Os caminhoneiros, que já mostraram seu poder de mobilização e capacidade de afetar a economia, continuam a apresentar reivindicações e poderiam ser bastante afetados.

A continuidade da agenda de reformas em um ano de eleições municipais também será um desafio relevante. No entanto, o Brasil continua na contramão do mundo, o que, pela primeira vez em nossa história econômica recente, é algo positivo: os juros muito baixos nas economias centrais, em um momento em que as contas públicas brasileiras retornam a uma trajetória sustentável, representam uma janela de oportunidade para que o País experimente taxas de juros reais estruturalmente mais baixas (mas não negativas), estimulando o crescimento da economia e os investimentos. Tal movimento pode ser reforçado com o retorno do grau de investimento em algum momento, o que já foi sinalizado pela Standard & Poor's no mês passado.

Entramos em 2020 acelerando, enquanto o resto do mundo testa seus freios. Isso faz com que haja boas – ainda que moderadas – perspectivas para o desempenho da economia em sua recuperação cíclica que, finalmente, parece ter as condições para se concretizar.

O maior desafio virá depois disso, quando a recuperação cíclica estiver concluída e for necessário investir para crescer não apenas colocando a capacidade ociosa para produzir, mas ampliando os meios de produção da economia. Por enquanto, cresceremos apenas para fechar o hiato do produto resultante da crise. No entanto, a partir do momento em que o hiato se fecha, qualquer crescimento sem correspondente aumento de capacidade de produção traz os riscos de aceleração inflacionária e descontrole das contas externas, o que forçaria o Banco Central a aumentar novamente os juros. Com o rápido envelhecimento populacional e o avanço de tecnologias que substituem habilidades tradicionais, será preciso investir também na educação e na qualificação profissional, já que a produtividade do trabalho no Brasil permanece estagnada em níveis baixos, mesmo quando comparada a de outros países emergentes.

Acompanhamento das Expectativas Econômicas

(data de corte: 06/01/2020)

O ano de 2019 terminou de maneira relativamente calma e otimista, com projeções de crescimento aumentando, expectativas de inflação – ainda que em alta – moderadas e abaixo do centro das metas e uma tendência de redução da incerteza geopolítica mundial, com a proximidade de um desfecho mais satisfatório para o *Brexit*, além de avanços nas negociações entre os EUA e a China no âmbito do conflito comercial entre as duas maiores economias do mundo.

O ano de 2020, porém, trouxe, logo em seus primeiros dias, instabilidade com o ataque norte-americano que resultou na morte do general iraniano Qassem Soleimani. A ação ocorreu na sexta-feira de referência do Boletim Focus que norteia esta análise e, como suas consequências ainda estão sendo debatidas, os efeitos sobre as expectativas econômicas devem ainda se desdobrar ao longo das próximas semanas.

No Brasil (e no mundo), os efeitos até agora têm sido relativamente limitados. Após um final de ano de altas fortes, a Bolsa experimentou volatilidade, sem grandes surpresas, e o dólar se valorizou um pouco.

Nesse contexto, as projeções medianas para a expansão do PIB em 2019, 2020 e 2021 se alteraram pouco no último mês, chegando, na data de referência desta publicação, a 1,17%, 2,30% e 2,50%, respectivamente.

Em relação à inflação, cresceu ao longo do último mês a percepção de que a aceleração causada pelo preço das carnes e de outros alimentos teria um impacto significativo

na inflação de 2019 e no começo deste ano, com dezembro de 2019 vindo acima do que se esperava. Dessa maneira, a projeção para a inflação oficial em 2019 subiu bastante no último mês. Estava abaixo de 4,00% há um mês e chegou a 4,13%, mas ainda inferior ao realizado de 4,31%. Para este ano, porém, a projeção caiu de 3,61% para 3,60%, mostrando que as expectativas continuam ancoradas mesmo com essas pressões, vistas pela maioria dos analistas como pontuais. Para o ano que vem, a projeção é de 3,75%.

Com a atividade ainda se recuperando em ritmo que não deve fechar o hiato do produto tão cedo e expectativas de inflação ancoradas, os agentes esperam que a Selic encerre este ano nos mesmos 4,50% em que fechou o ano passado. Para 2021, a expectativa de retomada da economia faz com que as projeções para a Selic sejam de aumento para 6,50%. Há um mês, a projeção para Selic ao final do ano que vem era de 6,25%. O câmbio um pouco mais pressionado, o crescimento mais alto do que se esperava e as surpresas inflacionárias do final do ano passado explicam a ligeira correção.

As projeções para a taxa de câmbio neste e no próximo ano sofreram poucos ajustes no último mês, refletindo certa estabilidade da taxa de câmbio na faixa de R\$/US\$ 4,05 e 4,15. Para o final deste ano, a projeção caiu de R\$/US\$ 4,10 para 4,09. Para o encerramento do ano que vem, a projeção permaneceu em R\$/US\$ 4,00.

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2020

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2020				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				03/01/20	27/12/19	06/12/19	04/10/19	03/01/20
4	PIB	0,96%	1,02%	2,30%	2,30%	2,24%	2,00%	2,30%
3	Produção Industrial (quantum)	-1,07%	-1,28%	2,19%	2,19%	2,20%	2,29%	2,19%
4	PIB Indústria	0,12%	-0,05%	2,50%	2,45%	2,40%	2,20%	2,50%
4	PIB de Serviços	1,12%	1,12%	2,10%	2,10%	2,00%	2,10%	2,10%
4	PIB Agropecuário	1,42%	2,03%	3,00%	2,95%	2,96%	2,80%	3,00%
2	IPCA	3,12%	3,27%	3,60%	3,61%	3,60%	3,78%	3,60%
1	IGP-M	7,32%	7,32%	4,24%	4,18%	4,14%	4,02%	4,24%
1	SELIC	4,59%	4,59%	4,50%	4,50%	4,50%	5,00%	4,50%
1	Câmbio	4,03	4,03	4,09	4,08	4,10	3,95	4,09
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,81%	54,81%	58,08%	58,00%	58,00%	58,30%	58,08%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-45,05	-51,16	-54,20	-54,20	-47,50	-33,00	-54,20
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	34,65	40,62	38,20	39,40	38,95	47,50	38,20
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	69,11	77,40	80,00	80,00	80,00	84,00	80,00
2	Preços Administrados	5,18%	4,24%	4,00%	3,88%	4,00%	4,10%	4,00%

Indicadores econômicos - realizado e projeção 2021

Notas	Variável	Realizado no ano*	Realizado 12 meses	Valores projetados para 2021				
				Atual	Anterior	4 semanas	13 semanas	Início do ano
				03/01/20	27/12/19	06/12/19	04/10/19	03/01/20
4	PIB	0,96%	1,02%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
3	Produção Industrial (quantum)	-1,07%	-1,28%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
4	PIB Indústria	0,12%	-0,05%	2,90%	2,90%	2,55%	2,50%	2,90%
4	PIB de Serviços	1,12%	1,12%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
4	PIB Agropecuário	1,42%	2,03%	3,20%	3,10%	3,00%	3,00%	3,20%
2	IPCA	3,12%	3,27%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%
1	IGP-M	7,32%	7,32%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
1	SELIC	4,59%	4,59%	6,50%	6,38%	6,25%	6,50%	6,50%
1	Câmbio	4,03	4,03	4,00	4,00	4,00	3,92	4,00
2	Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB)	54,81%	54,81%	59,20%	59,00%	58,85%	59,90%	59,20%
2	Conta-Corrente (em US\$ bi)	-45,05	-51,16	-60,30	-60,00	-46,80	-39,25	-60,30
2	Balança Comercial (em US\$ bi)	34,65	40,62	35,60	39,35	41,00	46,37	35,60
2	Investimento Direto no País (em US\$ bi)	69,11	77,40	84,40	84,40	82,60	84,70	84,40
2	Preços Administrados	5,18%	4,24%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%

Fontes: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE). Data de corte: 06/01/2020

Notas: 1- dados até dezembro/19; 2- dados até novembro/19; 3- dados até outubro/19; 4- dados até setembro/19;

*Vide nota de referência de período.

Desempenho do Mercado Segurador

Análise de Desempenho

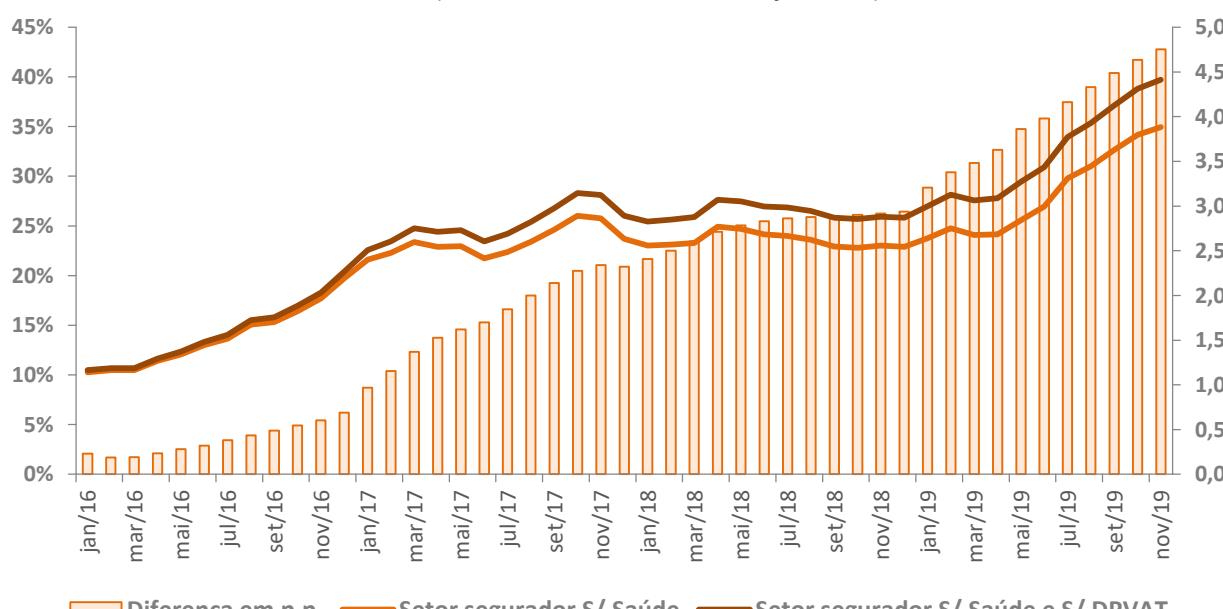
Faltando apenas um mês para fechar os números de setor segurador em 2019, a expectativa positiva para o bom desempenho do setor se mantém. No acumulado até o mês de novembro, a taxa de crescimento da arrecadação se consolida em dois dígitos (12,2%), com um valor total de R\$ 243,4 bilhões em prêmios direto de seguros, contribuições de previdência e faturamento de capitalização, em comparação com o mesmo período do ano anterior, não considerando os segmentos de Saúde Suplementar e DPVAT.

Ao incluir a arrecadação do DPVAT, a taxa de crescimento ainda se mantém em dois dígitos, com avanço de 10,8% na arrecadação, alcançando o montante de R\$ 245,4 bilhões, no ano, até novembro.

O desempenho em novembro foi positivo, mas não repetiu o crescimento na casa dos 15% observado em outubro. O volume de arrecadação (sem Saúde e DPVAT) totalizou no mês R\$ 22,8 bilhões e, com a inclusão da arrecadação do DPVAT, R\$ 22,9 bilhões, representando crescimento de 8,2% e 7,3% respectivamente, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O Seguro DPVAT, que está em foco nos últimos meses com a publicação da Medida Provisória 904/2019, que previa a extinção do DPVAT a partir de 2020 e foi suspensa por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, vem tendo arrecadação diminuída em razão da redução no prêmio tarifário desde o exercício 2017¹. Em 2019, a redução foi mais intensa, entre 56% e 79%, a depender da categoria. O gráfico abaixo acompanha a evolução da taxa de crescimento do setor segurador, utilizando como ponto de

ARRECADAÇÃO DO SETOR SEGURADOR (S/ SAÚDE)
(Var. acum. % 12 meses, desde jan/2015)



Fonte: Susep

¹ Resolução CNSP n.º 342 de 2016.

² Resolução CNSP n.º 371 de 2018

partida janeiro de 2015, comparando a arrecadação acumulada em 12 meses móveis, com e sem os valores de prêmio do DPVAT. Observa-se que a diferença entre as taxas de crescimento, em pontos percentuais, vem crescendo como consequência da queda na arrecadação no DPVAT. Com a nova Resolução do CNSP nº 378 de 2019, os prêmios tarifários para 2020 foram reduzidos entre 81% e 91%, o que ampliará os efeitos da redução na arrecadação no decorrer desse ano.

O segmento Cobertura de Pessoas, que mais vinha impulsionando o setor em 2019, desacelerou em novembro e cresceu 9,7%, representando uma diferença de menos 9,6 p.p. em relação à taxa de crescimento no mês de outubro (19,3%), quando comparados com os mesmos meses do ano anterior. O volume de arrecadação no mês foi de R\$ 14,9 bilhões. No acumulado de 2019, o segmento já registra R\$ 154,5 bilhões em prêmios e contribuições, representando um crescimento de 15,4%.

Em Planos de Riscos, o Seguro de Vida continua

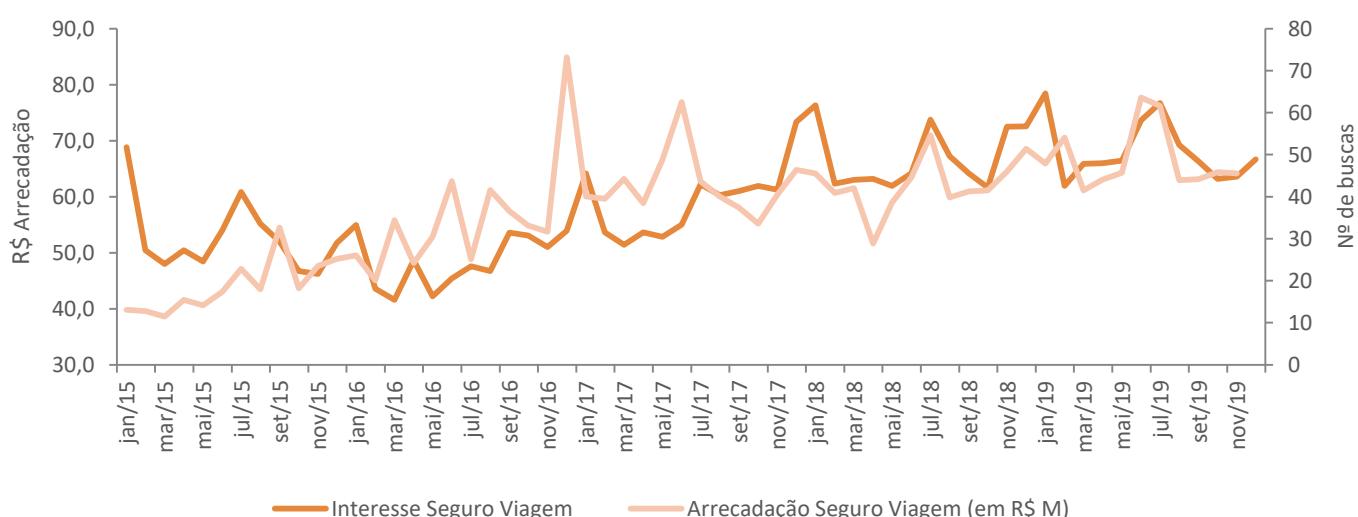
contribuindo para o bom desempenho do segmento. O crescimento no mês foi de 18,8%, com R\$ 1,5 bilhão em prêmios. Em 11 meses, o crescimento já chega a 20%, registrando mais de R\$ 16,1 bilhões de arrecadação.

O Seguro Prestamista avançou somente 1,5% em novembro, contra uma taxa de 21,2% em outubro, na comparação mensal. O volume de arrecadação no mês foi de um pouco mais de R\$ 1 bilhão. Esse cenário acompanha os números de concessão de crédito divulgados pelo Banco Central³ em dezembro, apresentando redução de 0,3% na comparação entre meses (novembro e outubro/2019). No acumulado do ano, a carteira apresenta crescimento bem expressivo de 21,3% e acumula R\$ 12,5 bilhões em arrecadação.

O Seguro Viagem, que tem apresentado, desde o final de 2018, um bom desempenho, em novembro apresentou decréscimo de 0,9% no volume de prêmios (R\$ 45,6 milhões), em relação ao mesmo mês de 2018.

Em Planos de Riscos, o Seguro de Vida continua

SEGURO VIAGEM - INTERESSE X ARRECADAÇÃO
(Nº de buscas e R\$ Prêmio)



Fonte: Susep e Google Trends

Entretanto, no acumulado até novembro, a performance é muito positiva, com taxa de crescimento de 16% no prêmio. O Seguro Viagem, que é utilizado tanto para viagens de lazer (sendo obrigatório em viagens para algumas regiões) como de negócios, tem despertado o interesse do público, como pode ser notado no gráfico da página anterior. O interesse é medido através das buscas no Google pelo termo “seguro viagem” e mostra que tem havido um aumento do interesse a partir de 2016, correlacionando positivamente com o aumento da arrecadação. Os picos de interesse coincidem com meses típicos de férias: julho e janeiro.

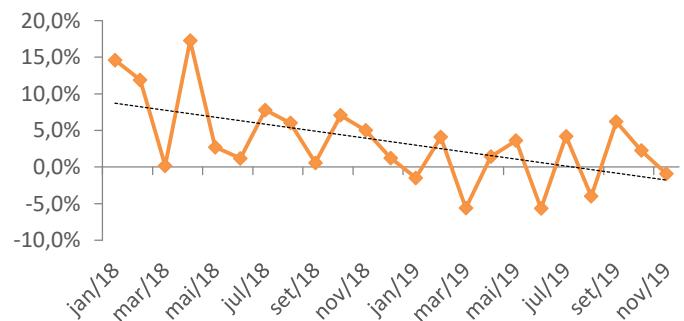
Os Planos de Acumulação, ainda em Cobertura de Pessoas, apresentaram crescimento de 12,8% em novembro, com arrecadação mensal de R\$ 11,2 bilhões. No acumulado, o grupo já registra R\$ 111,8 bilhões em contribuições, representando 17,1% a mais no volume em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O segmento Danos e Responsabilidades apresentou um desempenho mais tímido, com um aumento de prêmios de 2,8% em novembro, quando comparado com o mesmo mês de 2018. O volume de arrecadação mensal foi próximo de R\$ 6 bilhões.

O Seguro Automóvel recuou 0,9% em relação a novembro de 2018. Esse é o quinto mês do ano com essa característica, evento que não ocorreu uma única vez em 2018. Esse resultado diverge bastante do resultado da venda de veículos novos, indicador que historicamente acompanha o desempenho do Seguro Auto. A ANFAVEA (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores) divulgou recentemente os números de 2019. A venda de veículos novos cresceu 8,6%, quando comparado com 2018, com o mercado interno

impulsionando esse resultado. O crescimento acumulado da arrecadação do Seguro Auto até novembro é de apenas 0,3%. A ANFAVEA prevê, para 2020, um crescimento de 9,4%.

PRÊMIO SEGURO AUTO
(Var. %, contra mesmo mês do ano anterior)



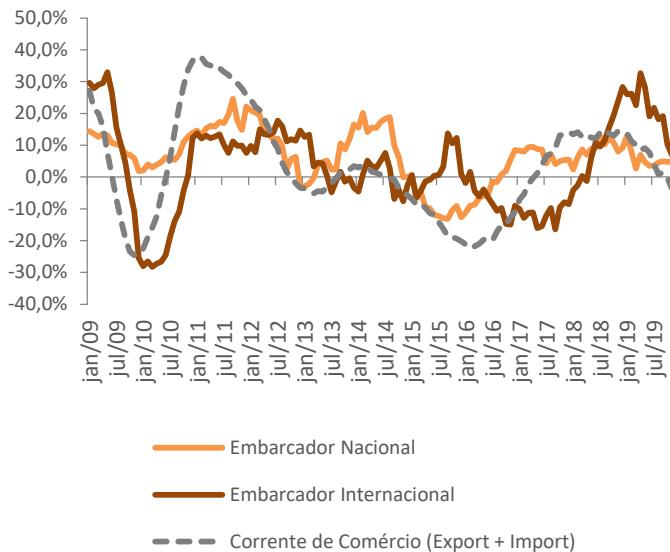
Fonte: Susep

Seguindo a análise do segmento Danos e Responsabilidades, o grupo Patrimonial aumentou sua arrecadação em 4% em novembro, contra o mesmo mês do ano anterior, com um valor de R\$ 1,1 bilhão. No acumulado até novembro, o desempenho é bem superior, com um volume de arrecadação de R\$ 12,1 bilhões, representando uma alta de 11,8%. O Seguro Habitacional cresceu 0,7% em novembro (R\$ 357 milhões) e 4,0% no acumulado de 2019 (R\$ 3,8 bilhões).

O grupo de Transportes também apresentou um crescimento abaixo daquele observado em meses anteriores, com um aumento de 2,2% nos prêmios mensais dos seguros que compõem a carteira, em relação ao ano anterior (R\$ 287,5 milhões). No acumulado até novembro, o montante de prêmio é de quase R\$ 3 bilhões, que representa um aumento de 6,1%.

Como mostra o gráfico abaixo, as variações da corrente de comércio (resultado da soma de exportações e importações) estão correlacionadas com as variações da arrecadação do Embarcador Nacional, quase que contemporaneamente e, com o Embarcador Internacional, com alguma defasagem. Mesmo apresentando alguns desvios no curto prazo, as tendências em comum são claras.

SEGUROS DE TRANSPORTE X CORRENTE COMÉRCIO
(Var. % ac. 12 meses móveis)

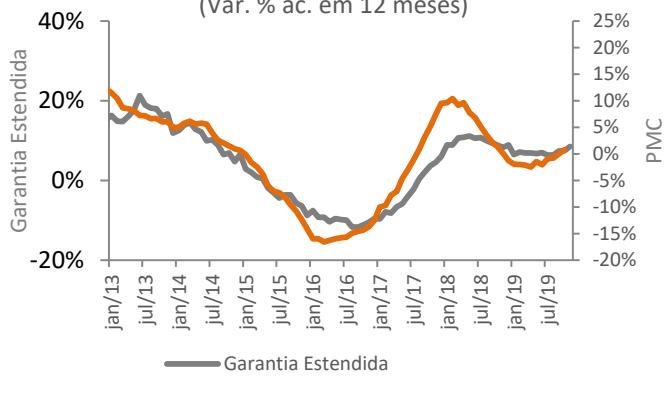


Fonte: Susep e Banco Central.

O Seguro de Garantia Estendida, muito impulsionado pelo desempenho da economia brasileira, que ganhou um pouco mais de tração no final do ano, cresceu 12,2% em novembro, com um volume de prêmio de R\$ 256 milhões. No acumulado até novembro, o montante de prêmio é de quase R\$ 3 bilhões, com uma taxa de crescimento de 7,7%.

Como pode ser observado no gráfico acima, os dados da PMC (Pesquisa Mensal do Comércio) divulgados pelo IBGE, mostram que, no acumulado em 12 meses, o índice do volume de vendas de móveis e eletrodomésticos vem se recuperando desde o início do ano. A correlação entre as vendas desses produtos e o desempenho do Seguro Garantia Estendida é muito forte e se mantém.

PMC - MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS E GARANTIA ESTENDIDA (Var. % ac. em 12 meses)



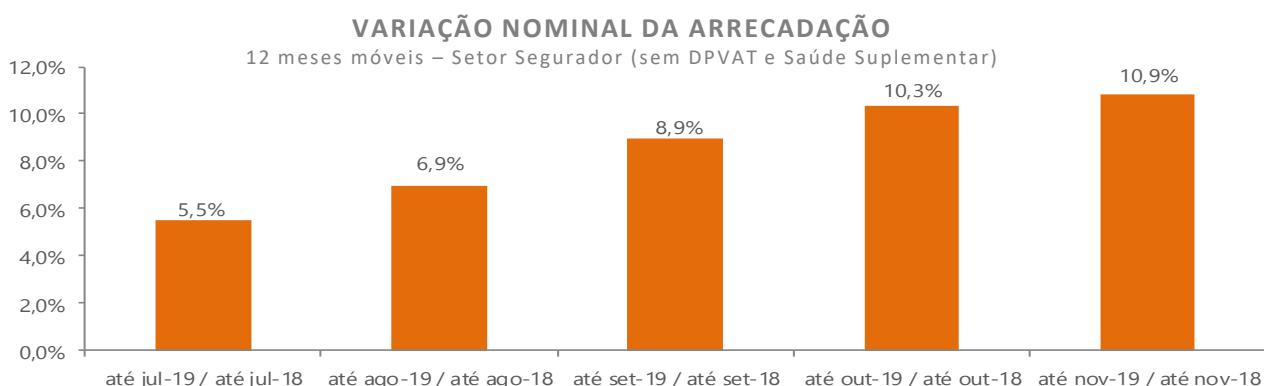
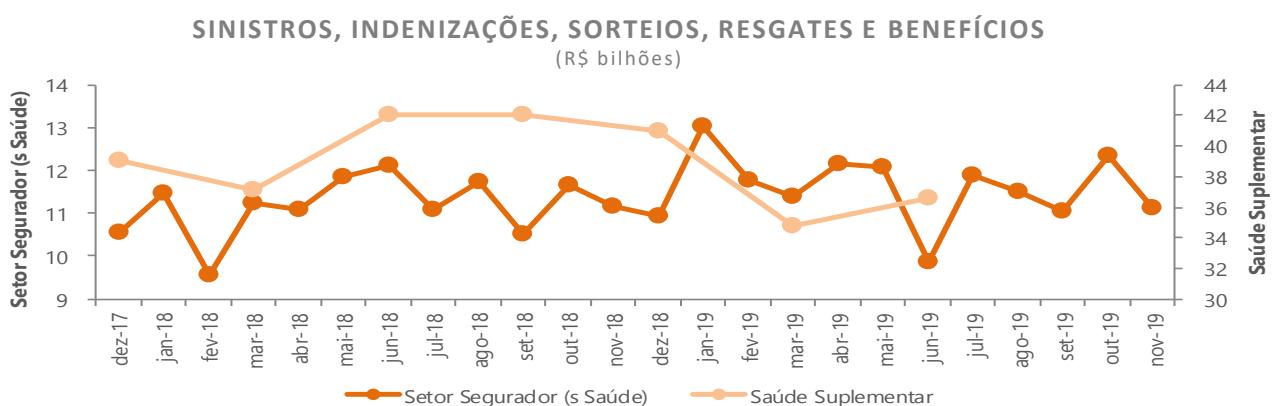
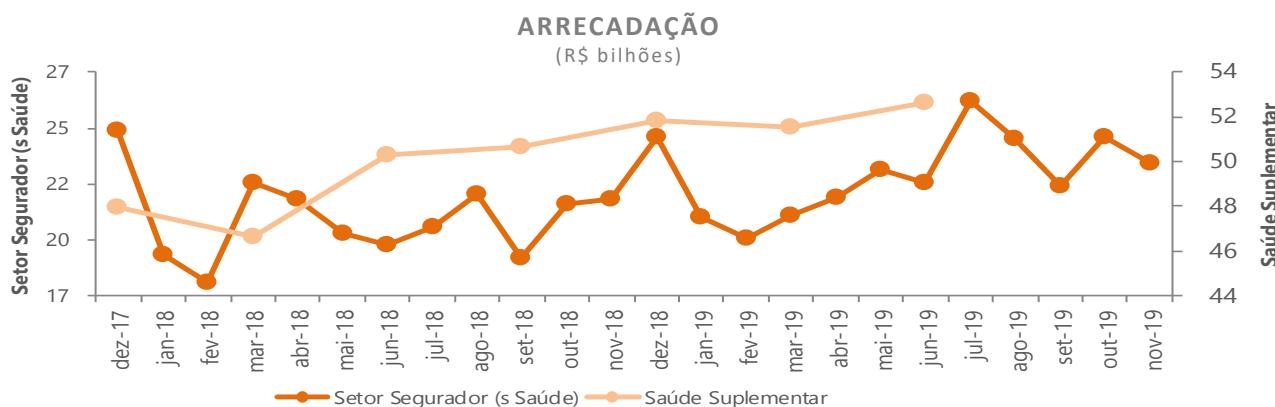
Fonte: Susep e IBGE.

Os demais grupos do segmento de Danos e Responsabilidades, que são voltados para grandes riscos, tiveram bons desempenhos. O grupo Crédito e Garantia arrecadou R\$ 351,2 milhões em novembro e acumula no ano R\$ 4,2 bilhões, com taxas de crescimento de 12,2% e 10,0%, respectivamente. Os Seguros de Responsabilidade Civil, principalmente o D&O que cresceu 83,2% em novembro, acumulam R\$ 1,9 bilhão em prêmio, valor 19,4% maior do que no mesmo período do ano anterior. O Seguro Rural segue na trajetória positiva, usufruindo dos benefícios da política agrícola do governo, e cresceu 22,1% em novembro (R\$ 431,7 milhões) e 15,9% no acumulado em 2019, com um montante de quase R\$ 5 bilhões em prêmios.

Os Títulos de Capitalização também mostraram recuperação em 2019, com uma arrecadação mensal de R\$ 2,1 bilhões, que representa um aumento de 14,3% em relação ao mesmo mês de 2018. No acumulado do ano, os Títulos já somam R\$ 21,6 bilhões, valor 12,6% maior do que o mesmo período de 2018.

Resumo Estatístico

Setor Segurador (data de corte: 30/12/19)



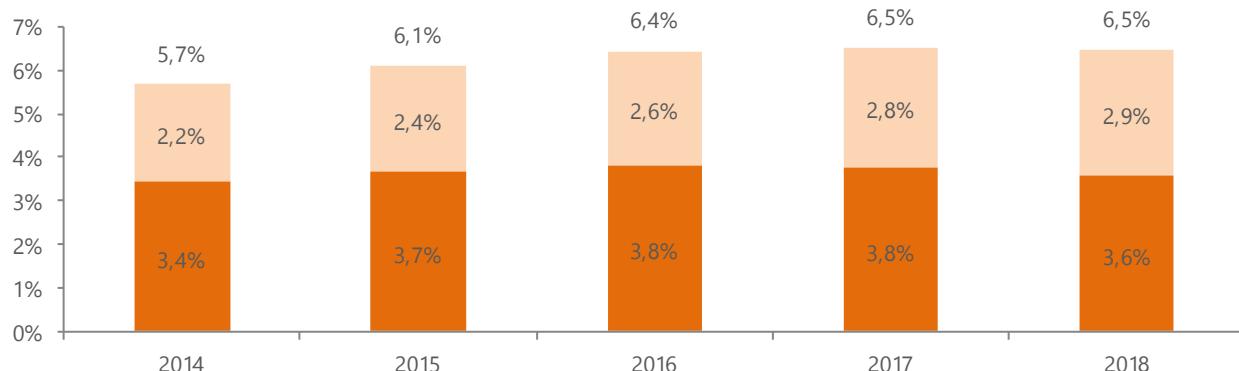
Notas: 1) Os dados da ANS foram alocados no último mês de cada trimestre, pois sua publicação é feita a cada três meses. Os dados provenientes da SUSEP são de periodicidade mensal. 2) Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.

Fonte: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

Arrecadação (em milhões R\$)							
	Setor Segurador (sem Saúde Suplementar)	Até novembro		Variação %	novembro 2018	novembro 2019	Variação %
		2018	2019				
1	Danos e Responsabilidades (s DPVAT)	63.987,89	67.288,86	5,16%	5.750,12	5.912,35	2,82%
1.1	Automóvel	32.610,13	32.705,77	0,29%	2.916,58	2.890,16	-0,91%
1.1.1	Acidentes Pessoais de Passageiros	546,55	569,02	4,11%	51,18	50,74	-0,87%
1.1.2	Casco	22.582,17	21.944,18	-2,83%	2.018,72	1.888,27	-6,46%
1.1.3	Responsabilidade Civil Facultativa	7.148,01	7.163,13	0,21%	634,04	646,60	1,98%
1.1.4	Outros	2.333,40	3.029,44	29,83%	212,64	304,55	43,22%
1.3	Patrimonial	10.820,63	12.096,91	11,79%	1.030,81	1.071,90	3,99%
13.1	Massificados	8.192,90	9.039,81	10,34%	794,10	821,33	3,43%
13.1.1	Compreensivo Residencial	2.743,93	2.897,01	5,58%	242,74	256,85	5,81%
13.1.2	Compreensivo Condominial	412,81	420,31	1,82%	37,69	36,78	-2,43%
13.1.3	Compreensivo Empresarial	2.211,78	2.373,11	7,29%	224,64	229,16	2,01%
13.1.4	Outros	2.824,39	3.349,38	18,59%	289,02	298,53	3,29%
13.2	Grandes Riscos	2.347,71	2.600,78	10,78%	219,86	206,12	-6,25%
13.3	Risco de Engenharia	280,01	456,32	62,96%	16,86	44,45	163,66%
1.4	Habitacional	3.672,14	3.820,61	4,04%	338,77	356,99	5,38%
1.5	Transportes	2.816,64	2.987,70	6,07%	281,31	287,52	2,21%
15.1	Embarcador Nacional	820,83	850,77	3,65%	71,55	66,95	-6,42%
15.2	Embarcador Internacional	477,87	495,50	3,69%	52,37	59,62	13,84%
15.3	Transportador	1.517,93	1.641,42	8,14%	157,39	160,94	2,26%
1.6	Crédito e Garantia	3.810,22	4.190,02	9,97%	313,09	351,19	12,17%
1.7	Garantia Estendida	2.709,90	2.919,80	7,75%	227,64	256,01	12,46%
1.8	Responsabilidade Civil	1.575,60	1.881,92	19,44%	145,49	190,86	31,19%
18.1	Responsabilidade Civil D&O	357,51	495,81	38,68%	36,59	67,03	83,20%
18.2	Outros	1.218,08	1.386,12	13,80%	108,90	123,83	13,71%
1.9	Rural	4.284,43	4.966,11	15,91%	353,48	431,65	22,12%
1.10	Marítimos e Aeronáuticos	655,51	764,99	16,70%	51,45	44,34	-13,81%
1.10.1	Marítimos	323,96	329,43	1,69%	32,48	18,40	-43,36%
1.10.2	Aeronáuticos	331,54	435,55	31,37%	18,97	25,94	36,79%
1.11	Outros	1.032,71	955,03	-7,52%	91,51	31,73	-65,33%
2	Coberturas de Pessoas	133.816,95	154.487,76	15,45%	13.542,46	14.852,63	9,67%
2.1	Planos de Risco	34.470,62	39.476,00	14,52%	3.275,64	3.439,13	4,99%
2.11	Vida	13.494,91	16.192,55	19,99%	1.228,26	1.458,72	18,76%
2.12	Prestamista	10.339,06	12.543,87	21,33%	1.036,27	1.051,89	1,51%
2.13	Viagem	463,71	538,01	16,02%	45,97	45,57	-0,87%
2.14	Outros	10.172,94	10.201,57	0,28%	965,14	882,96	-8,52%
2.2	Planos de Acumulação	95.417,41	111.779,79	17,15%	9.883,06	11.152,40	12,84%
2.2.1	Família VGBL	87.595,89	103.603,51	18,27%	9.060,78	10.349,37	14,22%
2.2.2	Família PGBL	7.821,52	8.176,27	4,54%	822,28	803,03	-2,34%
2.3	Planos Tradicionais	3.928,93	3.231,97	-17,74%	383,76	261,10	-31,96%
3	Capitalização	19.211,07	21.631,41	12,60%	1.803,42	2.060,71	14,27%
=1+2+3	Setor Segurador (s DPVAT)	217.015,92	243.408,03	12,16%	21.096,00	22.825,69	8,20%
4	DPVAT	4.485,05	2.026,37	-54,82%	248,07	83,48	-66,35%
=1+2+3+4	Setor Segurador	221.500,97	245.434,40	10,81%	21.344,07	22.909,17	7,33%

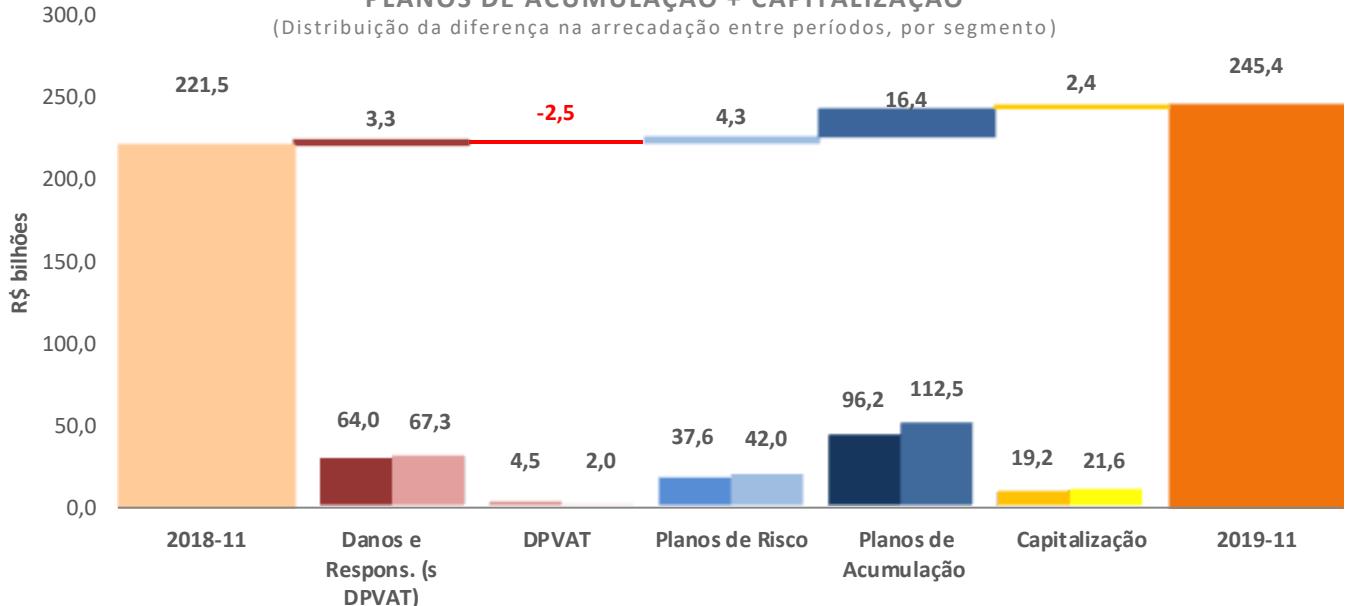
Nota: Valores referentes ao ramo dotal misto foram incluídos na parte de planos de risco, embora apresente características mistas de risco e acumulação. | Fonte: SES (SUSEP)

PENETRAÇÃO DA ARRECADAÇÃO NO PIB



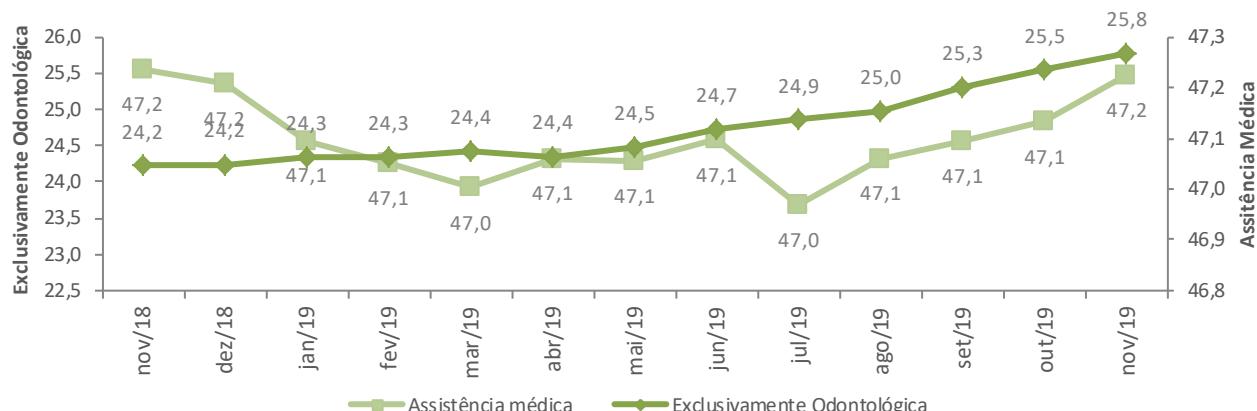
■ Penetração da Arrecadação no PIB - Setor Segurador (s Saúde) ■ Penetração da Arrecadação no PIB - Saúde Suplementar

DANOS E RESPONSABILIDADES (SEM DPVAT) + DPVAT + PLANOS DE RISCO + PLANOS DE ACUMULAÇÃO + CAPITALIZAÇÃO



BENEFICIÁRIOS EM PLANOS DE SAÚDE

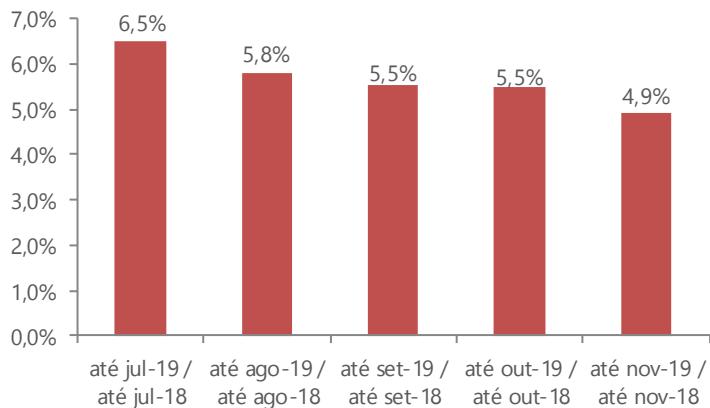
(em milhões de usuários)



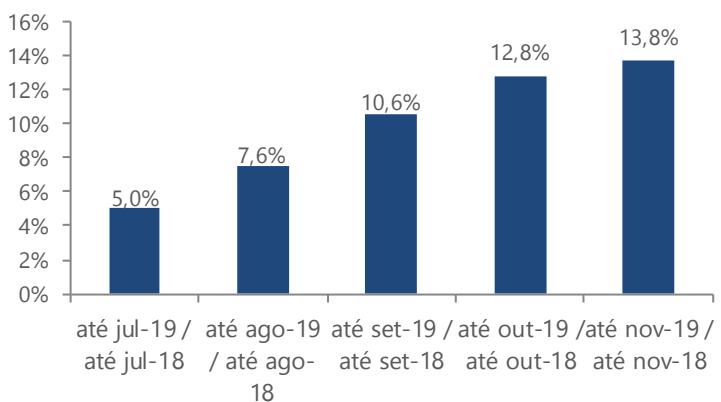
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
 Fontes: DIOPS (ANS); Sala de Situação (ANS); SES (SUSEP); SGS (BCB)

VARIAÇÃO NOMINAL DA ARRECADAÇÃO 12 MESES MÓVEIS

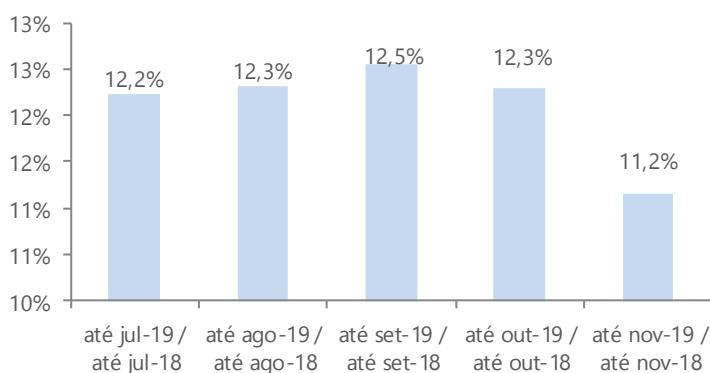
Danos e Responsabilidades(sem DPVAT)



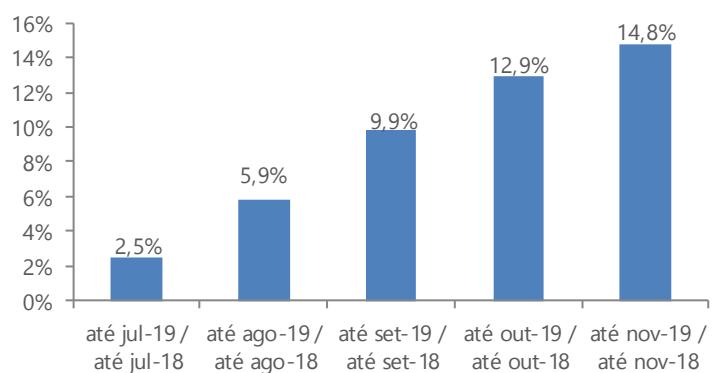
Cobertura de Pessoas



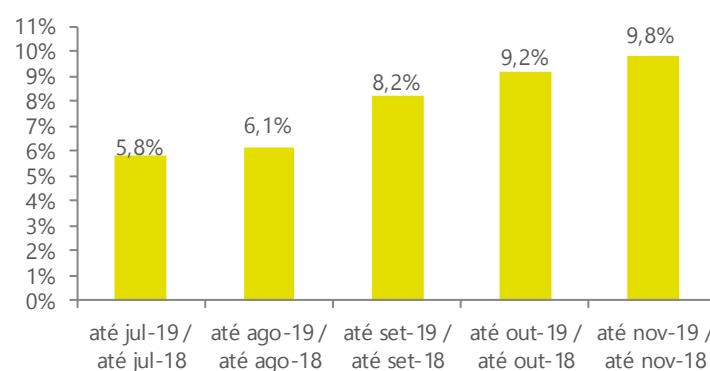
Cobertura de Pessoas – Planos de Risco



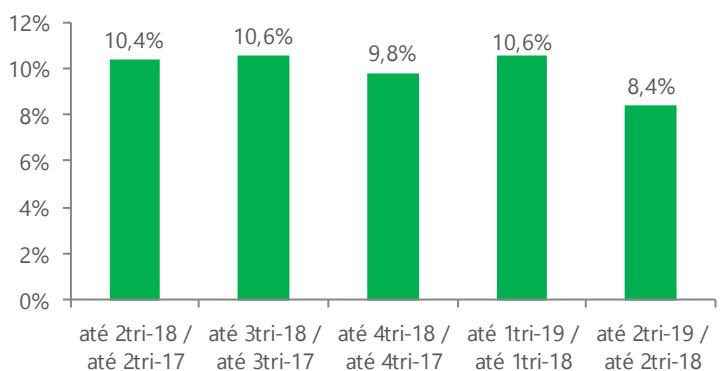
Cobertura de Pessoas – Planos de Acumulação



Capitalização



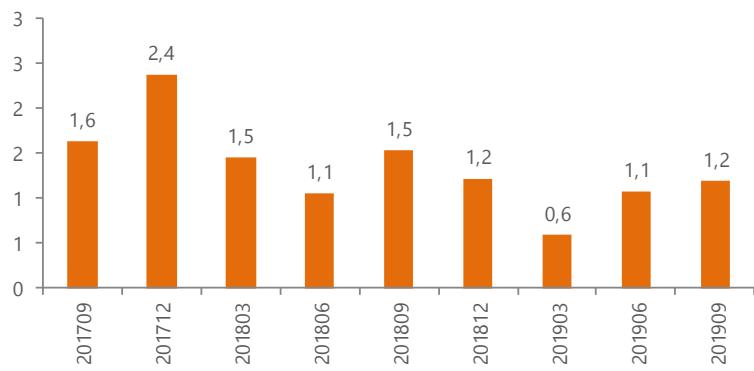
Saúde Suplementar



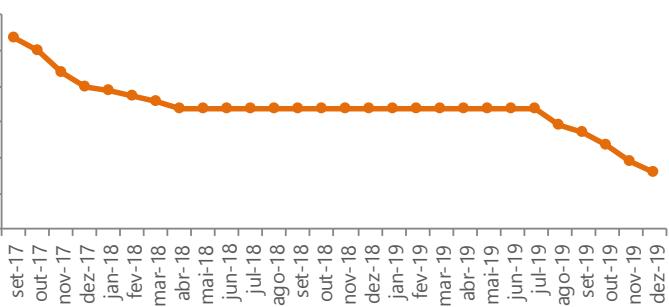
Nota: Em Saúde Suplementar, por questões metodológicas, os valores apresentados podem diferir dos informados pela ANS e FenaSaúde.
Fontes: DIOPS (ANS); SES (SUSEP)

Indicadores Econômicos (data de corte: 12/01/20)

PIB TOTAL
(T/T-4, em %)



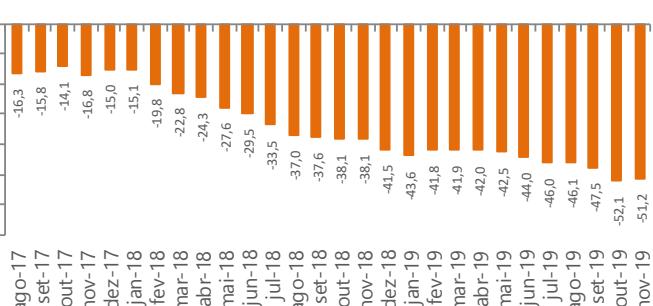
TAXA DE JUROS – SELIC EFETIVA
(em % a.a.)



INFLAÇÃO – IPCA E IGP-M
(variação % ac. em 12 meses)

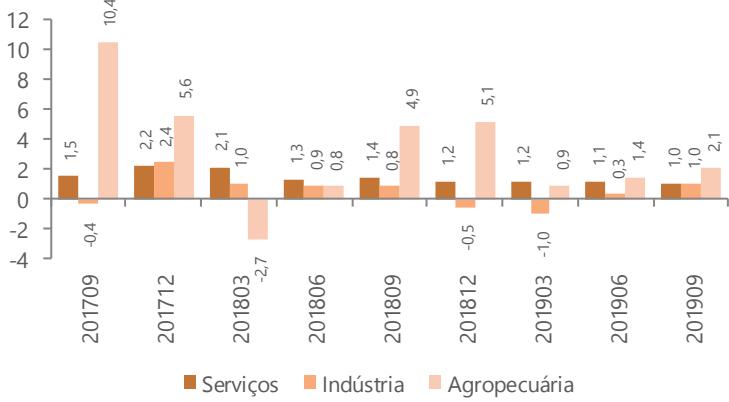


SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)

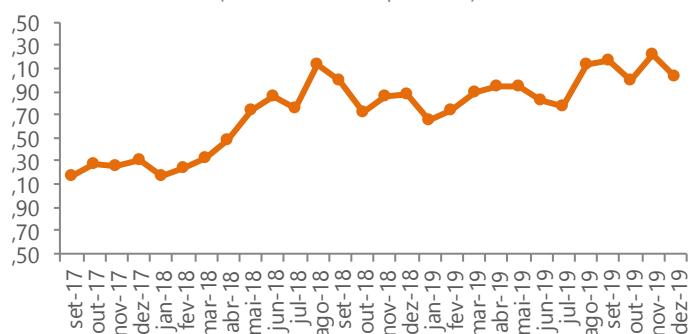


Fonte: SGS (BCB) e SIDRA (IBGE)

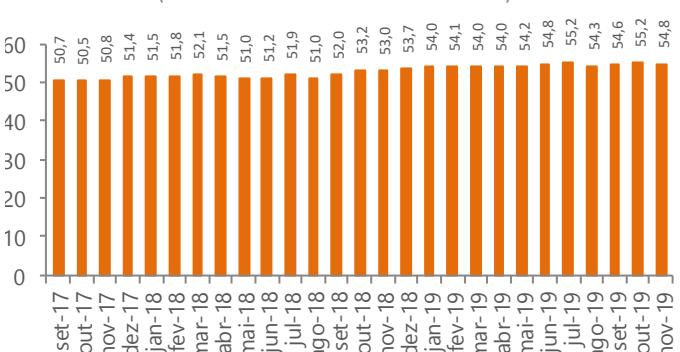
PIB PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO
(T/T-4, em %)



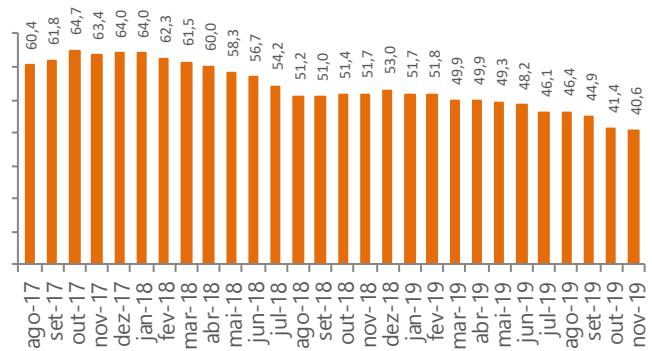
TAXA DE CÂMBIO – R\$/US\$
(taxa de fim de período)



DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO
(como % do PIB ac. em 12 meses)



SALDO DA BALANÇA COMERCIAL
(em US\$ bilhões, ac. em 12 meses)



Glossário

Arrecadação do Setor Segurador: Contempla o prêmio direto de seguros, prêmio emitido em regime de capitalização, contribuição em previdência, faturamento de capitalização e contraprestação de saúde suplementar.

Prêmio Direto de Seguros: Emissão de prêmio líquida de cancelamento e restituição.

Prêmio Emitido em Regime de Capitalização: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio de seguros estruturados no regime financeiro de capitalização.

Contribuição de Previdência: Valor correspondente a cada um dos aportes destinados ao custeio do plano de previdência.

Faturamento de Capitalização: Faturamento com títulos de capitalização líquida de devolução e cancelamento.

Contraprestação de Saúde Suplementar: Contraprestação líquida/prêmios retidos para coberturas assistenciais Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistro ocorrido/indenização/sorteio/resgate/benefício do Setor Segurador: Contempla o sinistro ocorrido de seguros, resgate e benefício de previdência, sorteio e resgate de capitalização e indenização de saúde suplementar.

Sinistro ocorrido de Seguros: Indenizações avisadas, despesas relacionadas a seguros, retrocessões aceitas, variação das provisões de sinistro e serviços de assistência, líquido dos salvados e resarcidos avisados e de sua variação do ajuste da PSL. Considera as parcelas administrativas e judiciais, consórcios e fundos e despesas com benefícios em regime de capitalização e repartição de capitais de cobertura para seguros.

Resgate e benefício de Previdência: Valor correspondente a cada um dos resgates e benefícios destinados à cobertura do plano de previdência.

Sorteio e resgate de Capitalização: Valor correspondente aos prêmios de sorteios e resgates pagos com títulos de capitalização.

Indenização de Saúde Suplementar: Eventos indenizáveis líquidos/sinistros retidos de cobertura assistencial Médico-Hospitalar e/ou Odontológica.

Sinistralidade: Contempla sinistralidade de seguros e saúde suplementar

Sinistralidade de Seguros: proporção do sinistro ocorrido sobre o prêmio ganho.

Sinistralidade de Saúde Suplementar: proporção de indenização de saúde suplementar sobre a contraprestação de saúde suplementar.

Despesas de comercialização do Setor Segurador: Despesas de comercialização e custos de aquisição agregados em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Despesa administrativa do Setor Segurador: Despesas administrativas em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Ativo do Setor Segurador: Recursos econômicos na forma de bens e direitos em seguros, previdência, capitalização e saúde suplementar.

Provisão do Setor Segurador: Passivo contabilizado pelo Mercado Segurador para refletir as obrigações futuras advindas dos compromissos assumidos com os contratantes de suas operações.

Captação líquida de Capitalização: Diferença entre o faturamento de Capitalização e o total dos seus resgates.

Instrumento de Garantia: tem por objetivo propiciar que a provisão matemática para capitalização do título de capitalização seja utilizada para assegurar o cumprimento de obrigação assumida em contrato principal pelo titular perante terceiro.

PIB: Produto Interno Bruto, a soma do valor de todos os bens e serviços finais produzidos no país em determinado período.

PIB mensal: Produto Interno Bruto Nominal mensal, calculado e publicado pelo Banco Central do Brasil (*proxy* mensal para o PIB Nominal oficial, calculado pelo IBGE).

Penetração do Setor Segurador no PIB: Proporção da Arrecadação do Setor Segurador sobre o Produto Interno Bruto.

População Brasileira: Número de habitantes no território nacional publicado pelo IBGE com base em informações dos registros de nascimentos e óbitos, dos censos demográficos e das contagens de população intercensitárias.

Arrecadação per capita: proporção da arrecadação do Setor Segurador sobre a População Brasileira.

IPCA: Índice de Preços ao Consumidor-Amplo calculado pelo IBGE.

IGP-M: Índice Geral de Preços, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Focus: Relatório semanal divulgado pelo Banco Central do Brasil com estatísticas-resumo de expectativas de agentes de mercado para variáveis macroeconômicas.

Selic: Taxa básica de juros da economia brasileira, definida pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central do Brasil.

FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica Federal, criado com o objetivo de proteger o trabalhador demitido sem justa causa, mediante a abertura de uma conta vinculada ao contrato de trabalho, formando poupança compulsória que pode ser usada em momentos especiais.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE.

TLP: A TLP (Taxa de Longo Prazo) substitui a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) em todos os novos contratos do BNDES, sendo balizada pelas taxas da NTN-B (títulos públicos atrelados à inflação).

Composição do Conselho Diretor Eleito

com mandato de 30/04/2019 a 29/04/2022

Presidente

Marcio Serôa de Araujo Coriolano

1º Vice-Presidente

Roberto de Souza Santos
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais

Vice-Presidentes

Gabriel Portella Fagundes Filho
Sul América Companhia Nacional de Seguros

Mário José Gonzaga Petrelli
Icatu Seguros S/A

Vinicius José de Almeida Albernaz
Bradesco Seguros S/A

Vice-Presidentes Natos

Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade
Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg)

João Alceu Amoroso Lima
Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde)

Jorge Pohlmann Nasser
Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrev)

Marcelo Gonçalves Farinha
Federação Nacional de Capitalização (FenaCap)

Diretores

Bernardo de Azevedo Silva Rothe
Brasilprev Seguros e Previdência S/A

Carlos André Guerra Barreiros
Prudential do Brasil Seguros de Vida S/A

Edson Luís Franco
Zurich Minas Brasil Seguros S/A

Eduard Folch Rue
Allianz Seguros S/A

Francisco Alves de Souza
COMPREV Vida e Previdência S/A

Gabriela Susana Ortiz de Rozas
Caixa Seguradora S/A

João Francisco Silveira Borges da Costa
HDI Seguros S/A

José Adalberto Ferrara
Tokio Marine Seguradora S/A

Leonardo Deeke Boguszewski
Junto Seguros S/A

Luiz Fernando Butori Reis Santos
Itaú Seguros S/A

Miguel Gómez Bermúdez
Mapfre Previdência S/A

Nilton Molina
Mongeral AEGON Seguros e Previdência S/A

Pedro Cláudio de Medeiros B. Bulcão
Sinaf Previdencial Cia. de Seguros

Pedro Pereira de Freitas
American Life Companhia de Seguros S/A

Diretor Nato

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Composição da Diretoria Executiva

Diretores

Alexandre Leal
Diretor Técnico e de Estudos

Luiz Tavares Pereira Filho
Consultor Jurídico da Presidência da Fenaseg

Miriam Mara Miranda
Diretora de Relações Institucionais

Paulo Annes
Diretor de Administração, Finanças e Controle

Solange Beatriz Palheiro Mendes
Diretora de Relações de Consumo e Comunicação

A Conjuntura CNseg nº 15 é uma publicação da Confederação Nacional das Seguradoras e foi elaborada por:

- Superintendência de Estudos e Projetos – SUESP
- Lauro Faria – Colaborador
- Luiz Roberto Cunha – Colaborador

